
DOSSIÊ

DOSSIÊ HISTÓRIAS ANGOLANAS, SÉCULOS XVI-XX – INTRODUÇÃO

Estevam C. Thompson  

Universidade de Brasília

Tracy Lopes  

University of Toronto Scarborough

A partir da década de 1960, a produção historiográfica sobre Angola passou por um processo decisivo de institucionalização e expansão internacional. Historiadores como Ilídio do Amaral, Gerald Bender, David Birmingham, Antonio Carreira, William G. Clarence-Smith, José C. Curto, Basil Davidson, Jill Dias, Beatrix Heintze, Isabel Castro Henriques, Anne Hilton, Linda M. Heywood, Wyatt MacGaffey, Alfredo Margarido, Maria Emília Madeira Santos, Joseph C. Miller, René Pélissier, John K. Thornton, Jan Vansina, entre outros, desempenharam papel central na construção de um campo que buscou compreender as dinâmicas sociais, políticas e econômicas do território angolano para além das narrativas coloniais. Seus trabalhos contribuíram decisivamente para o estudo da escravidão atlântica, das formações políticas pré-coloniais, das guerras de ocupação e das múltiplas formas de articulação e resistência das sociedades africanas.

Nas últimas duas décadas, esse campo tem se renovado com a crítica e revisão de temas clássicos dessa historiografia pioneira, como as estimativas do comércio de escravos, sua composição étnica e de gênero, as origens dos cativos exportados, a extensão da chamada “fronteira da escravidão”, a participação das sociedades africanas no mercado atlântico e as diversas formas de resistência ao projeto colonial português. O dossiê que se segue é um exemplo dessa continuidade crítica: uma revisão ancorada na produção recente, realizada tanto por novos nomes da historiografia angolana quanto por alguns dos historiadores de referência que marcaram a consolidação do campo no século XX.

O projeto *Histórias Angolanas* teve sua origem em discussões realizadas durante a conferência da *Lusophone Studies Association* (LSA), organizada em parceria com o Centro de Estudos Humanísticos (CEHu) e o Centro de Humanidades (CHAM) da Universidade dos Açores, em 2022, na cidade de Ponta Delgada. Na ocasião, uma série de painéis dedicados à história de Angola motivou a organização de uma coletânea que desse visibilidade às investigações em curso sobre a África Centro-Occidental. Ao longo de 2023 e 2024, o projeto foi significativamente ampliado, tanto no escopo cronológico quanto na diversidade temática e institucional dos autores envolvidos.

Em diálogo com a editoria da revista *Afro-Ásia*, consolidou-se a proposta de reunir este conjunto de estudos em um dossiê temático que articulasse distintas gerações de pesquisadores – de doutorando a pesquisador sênior – comprometidos com a renovação historiográfica sobre Angola. Os textos que compõem o volume refletem abordagens metodológicas variadas, desde trabalhos com tradições orais até a exploração crítica de fontes coloniais, sejam elas narrativas, administrativas ou estatísticas. O resultado é uma coletânea marcada pela amplitude temporal (do século XVI ao XX), pela atenção a temas estruturantes (poder político, escravidão, comércio, resistência) e pela incorporação de questões fundamentais à historiografia contemporânea, como gênero, agência local e circulação atlântica. Em comum, os artigos procuram reconstituir experiências históricas que desafiam interpretações lineares ou eurocentradas da história angolana.

Três dos artigos concentram-se na crítica historiográfica às tradições orais e à forma como elas foram mobilizadas na produção de narrativas sobre as origens de diversos poderes africanos. John K. Thornton parte de registros orais do século XVI e fontes escritas coevas para reavaliar a formação do reino do Kongo. Em lugar da ideia de centralização súbita sob um soberano conquistador, o autor demonstra que a construção do reino foi gradual, marcada por alianças entre entidades políticas com estruturas sofisticadas. Estevam C. Thompson, por sua vez, reexamina a trajetória dos mbangalas – guerreiros do século XVII erroneamente associados aos jagas que invadiram o Kongo no século anterior – e analisa criticamente o mito

do “êxodo de Kinguri”, demonstrando que se trata de uma tradição tardia, criada para justificar alianças políticas no século XIX. O questionamento desse mito compromete cronologias longamente aceitas sobre reinos como Kasanje e Lunda e demonstra os riscos envolvidos no trabalho com fontes orais. Flávia Maria de Carvalho também retoma a figura de Kinguri ao tratar da região de Kisama, argumentando que, ao contrário das versões coloniais que qualificam os *sobas* locais como “rebeldes” e seu território como “conquistado”, Kisama foi um espaço autônomo e articulado, que resistiu ao domínio português por meio de estratégias políticas próprias até o século XX. Ao trabalhar criticamente com tradições orais, esses três artigos revelam como memórias do passado foram moldadas por interesses específicos, e reforçam a importância de situar genealogias e narrativas em seus contextos históricos de formulação e transmissão.

Outro eixo do volume explora o potencial analítico de fontes quantitativas para o estudo das sociedades angolanas. Carolina Perpétuo Corrêa analisa mapas populacionais de Massangano entre 1795 e 1829 e contesta interpretações demográficas convencionais sobre regiões envolvidas no comércio atlântico de escravos. Seus dados mostram um predomínio masculino e aumento da proporção de crianças, em contraste com a expectativa de sociedades desequilibradas por um suposto excesso de mulheres. Já José C. Curto investiga registros censitários e ocupacionais da vila de Moçâmedes entre 1854 e 1860. O autor mostra que o trabalho escravo foi fundamental para o crescimento urbano da vila, com ampla presença em atividades como pesca, agricultura, apanha de urzela e serviços domésticos. Destaca-se, ainda, que as mulheres escravizadas participaram de forma significativa dessas tarefas, o que desafia estereótipos de gênero sobre o trabalho colonial. Ao lidar com estatísticas coloniais e documentação administrativa, Corrêa e Curto evidenciam como fontes demográficas podem ser utilizadas para iluminar aspectos do cotidiano, da economia e das transformações sociais em contextos de escravidão.

O volume também contempla pesquisas voltadas às experiências sociais e econômicas do século XIX, baseadas em fontes diversas e

orientadas por questões de circulação, rede e agência. Tracy Lopes estuda as práticas de lazer em Luanda entre 1836 e 1878, argumentando que a cidade, longe de ser desprovida de vida recreativa como afirmaram viajantes europeus, abrigava um intenso circuito de sociabilidade, tanto entre elites quanto entre setores populares. As festas, danças e jogos organizados por escravizados, libertos e degredados coexistiam com os bailes e teatros frequentados pela elite, embora os primeiros estivessem sob constante vigilância policial. Ivan Sicca Gonçalves, por sua vez, examina o reino do Barotse no interior da África austral e demonstra que suas lideranças estiveram ligadas às redes comerciais atlânticas muito antes do contato direto com caravanas angolanas. A partir de fontes como os diários de Silva Porto e relatos de missionários como David Livingstone, Gonçalves revela que os soberanos barotse deliberadamente limitaram o comércio de escravos, preferindo alianças econômicas voltadas à exportação de marfim e outros produtos. Embora os contextos urbanos e interiores analisados por Lopes e Gonçalves sejam distintos, ambos sublinham que a integração de Angola ao mundo atlântico se deu por múltiplas vias – legais e ilegais, formais e informais – e que diferentes grupos sociais, em diferentes escalas, participaram ativamente dessas conexões.

Dois artigos voltam-se para a análise de estruturas políticas e estratégias de resistência no século XX. Renata Jesus da Costa Ehrl investiga o papel das mulheres ovimbundu no poder local do reino do Bailundo entre 1880 e 1930. A partir de documentação administrativa e registros orais, a autora mostra que as esposas do *soma*, muitas vezes ignoradas pela historiografia, ocupavam posições institucionais na *ombala* e exerciam funções religiosas, políticas e econômicas fundamentais para a legitimação do poder tradicional. João Fusco Ribeiro examina os esforços da UNITA, entre 1966 e 1974, para obter reconhecimento internacional e apoio logístico em sua luta armada contra o colonialismo português. Contrariando a imagem de um movimento isolado, Ribeiro demonstra que Jonas Savimbi articulou redes com diversos aliados externos, incluindo o Egito de Nasser e o movimento dos Panteras Negras nos Estados Unidos. Embora em contextos diferentes,

ambos os estudos evidenciam que a resistência ao colonialismo envolveu ações táticas complexas: no caso de Ehrl, a adaptação e preservação de instituições locais; no de Ribeiro, a projeção internacional da luta armada por meio de alianças transnacionais.

Essas contribuições demonstram, em conjunto, que a história de Angola não pode ser compreendida à margem das estratégias locais, das conexões regionais e dos fluxos atlânticos que a constituíram. A articulação entre diferentes escalas, metodologias e temporalidades permite escrever uma história angolana atenta às vozes silenciadas, às disputas de sentido e às formas plurais de agência. Os estudos aqui reunidos renovam o campo ao explorar arquivos pouco conhecidos, propor interpretações críticas e descentrar a perspectiva metropolitana, contribuindo para a construção de uma historiografia comprometida com a complexidade da experiência histórica angolana.

Reunindo perspectivas analíticas ancoradas em fontes heterogêneas e comprometidas com a centralidade de sujeitos africanos na produção da história, este dossiê contribui para o aprofundamento de debates cruciais sobre a formação de estruturas políticas, os impactos e estratégias diante do colonialismo, e os modos de resistência elaborados em diferentes contextos angolanos. Os trabalhos aqui apresentados não apenas atualizam o estado da arte sobre temas clássicos, como também expandem fronteiras de investigação ao incorporar novos recortes e novas gerações de pesquisadores. Ao combinar densidade empírica com reflexão crítica, o volume reafirma a vitalidade da historiografia angolana e seu lugar nas discussões mais amplas sobre a história africana e atlântica.

doi: 10.9771/aa.v0i71.68883